



VI CONGRESO REGIONAL DE
**CONTABILIDAD
MARKETING
Y EMPRESA**

7, 8 Y 9 NOV. 2019
www.unae.edu.py/empresarial

**IX SIMPOSIO IBEROAMERICANO EN
COMERCIO INTERNACIONAL
DESARROLLO E
INTEGRACIÓN REGIONAL
DE LA RED CIDIR**



UNIVERSIDAD
AUTÓNOMA DE
ENCARNACIÓN



FATORES ASSOCIADOS À TRANSPARÊNCIA PÚBLICA MUNICIPAL: um estudo na Sétima Região Funcional de Planejamento (RF7) do Rio Grande do Sul

Liara Laís Scheid¹

Vanessa Unfried Fenner²

Monize Sâmara Visentini³

Edemar Rotta⁴

Resumo

Um dos objetivos dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES), assim como dos mecanismos de transparência pública, diz respeito à aplicação correta dos recursos públicos. Este estudo buscou identificar os fatores relacionados ao nível de transparência dos 77 municípios da região funcional de planejamento RF7. Os fatores avaliados foram socioeconômicos (desemprego, investimento, dívida, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e Índice Firjan), políticos (participação eleitoral, competitividade política, reeleição, gênero do prefeito) e um fator demográfico (população). Todos os dados, de origem secundária, foram coletados em bases disponíveis via internet. Para a análise fez-se uso de técnicas de estatística descritiva e multivariada. Os resultados demonstraram que, há uma relação positiva do índice de transparência com o tamanho da população e com o investimento anual do município; já com a participação eleitoral e o desemprego verificou-se a existência de uma relação

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal da Fronteira Sul, Cerro Largo, RS, e-mail: liarascheid@yahoo.com.br.

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal da Fronteira Sul, Cerro Largo, RS, e-mail: va.fenner@hotmail.com.

³ Doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Mestre em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Professora Adjunta do Curso de Administração da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Professora do Quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas (UFFS), *Campus Cerro Largo*, e-mail: monize.visentini@uffs.edu.br.

⁴ Doutor e Pós-doutor em Serviço Social (PUCRS). Mestre em Sociologia (UFRGS). Licenciado em Filosofia (FAFI-DOM BOSCO). Professor do Quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas (UFFS), *Campus Cerro Largo*. E-mail: erotta@uffs.edu.br.



VI CONGRESO REGIONAL DE
**CONTABILIDAD
MARKETING
Y EMPRESA**

7, 8 Y 9 NOV. 2019
www.unae.edu.py/empresarial

**IX SIMPOSIO IBEROAMERICANO EN
COMERCIO INTERNACIONAL
DESARROLLO E
INTEGRACIÓN REGIONAL
DE LA RED CIDIR**



UNIVERSIDAD
AUTÓNOMA DE
ENCARNACIÓN



negativa. Além disso, não foi verificada relação da transparência com a dívida municipal, com o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), com o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) e com o fator competitividade política.

Palavras-chaves: Municípios. Acesso à informação. COREDEs. Fatores socioeconômicos. Fatores políticos.

Introdução

Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento – COREDEs foram criados pela Lei 10.283 de 17 de outubro de 1994 e funcionam como fórum de discussão para a promoção de políticas e ações de desenvolvimento regional. Esses conselhos e os municípios que os integram, para fins de organização, são agrupados em nove Regiões Funcionais de Planejamento e 28 COREDEs, distribuídas pelo estado do Rio Grande do Sul. Cada COREDE formula seu plano estratégico de desenvolvimento. Estes, por sua vez, contribuem para o planejamento nas esferas federal, estadual e municipal e também para os diversos atores regionais que se preocupam com o desenvolvimento (SPGG/RS, 2018).

Um dos objetivos dos COREDEs consiste em promover maior eficiência na aplicação dos recursos públicos e nas ações dos governos em busca da melhoria da qualidade de vida da população e da distribuição equitativa das riquezas produzidas (Atlas Socioeconômico, 2018). Este propósito vai de encontro ao conceito de transparência pública, importante instrumento de controle da gestão pública e do emprego dos recursos públicos. Segundo Loureiro, Teixeira e Prado (2008), a transparência constitui um meio de responsabilizar os agentes governamentais pela adoção de procedimentos inapropriados ao bom uso dos recursos públicos.

O princípio da transparência tem objetivo de fornecer ao público acesso à informação quanto a política fiscal, divulgando-as conforme padrões de publicidade, compreensibilidade e utilidade para decisões (Platt Neto, Cruz, Ensslin & Ensslin, 2007). Isso significa a possibilidade do acompanhamento claro, transparente, da execução orçamentária e das finanças públicas (Sacramento & Pinho, 2007).



Para Carlos, Lopes, Pederneiras, Macêdo e Amaro (2008) o acesso à informação de boa qualidade é um pré-requisito para o exercício da cidadania; e ainda, uma condição essencial para que os problemas socioeconômicos sejam discutidos e resolvidos num diálogo democrático entre os grupos sociais. Conferir transparência, além de se constituir em uma das condições fundamentais da boa governança, cumpre a função de aproximar o Estado da sociedade, ampliando o nível de acesso do cidadão às informações sobre a gestão pública (Souza, Santana, Cruz & Silva, 2009; Bezzera, Borges & Valmorbidia, 2012). Ainda, Marques e Ribeiro (2012) assinalam que, por meio da transparência nos atos da gestão pública, os governantes são submetidos a uma avaliação de desempenho pela sociedade.

Este estudo se propõe a investigar a transparência pública municipal, em especial os elementos que a ela estão relacionados, em um grupo de municípios que integram uma das nove Regiões Funcionais de Planejamento, a RF7. Seu objetivo, portanto, consiste em identificar os fatores que influenciam o nível de transparência dos municípios da região funcional de planejamento RF7.

Fatores por trás da transparência municipal

Diversos estudos têm tentado identificar fatores que influenciam a transparência pública municipal. Esses fatores podem ser segregados em dois grupos distintos: os fatores socioeconômicos e os fatores políticos, conforme o Quadro 1.

Quadro 1 – Fatores relacionados à transparência e seus efeitos

Fatores	Efeitos	Autores
Fatores Políticos		
Participação eleitoral	Positivo	Hollyer, Rosendorff & Vreeland, 2011; Esteller-Moré & Polo-Otero, 2012; Caamaño-Alegre, Lago-Peñas, Reyes-Santias, Santiago-Boubeta, 2013
Reeleição	Positivo	Alt e Lowry (2010); Polo-Otero (2011)
Competitividade eleitoral	Positivo	Cárcaba-García e García-García (2008); Piotrowski & Bertelli, 2010; Polo-Otero (2011); Caba-Pérez, Rodríguez-Bolívar & López-Hernández, 2014
Gênero do prefeito	Positivo (gênero feminino)	Hamidullah, Riccucci & Pandey, 2015; Rodríguez-García, 2015; Araujo e Tejedro-Romero (2017);
	Negativo (gênero feminino)	Piotrowski e Van Ryzin (2007),
Fatores socioeconômicos		



Desemprego	Positivo	Piotrowski & Van Ryzin, 2007; Albalate, 2013 Caamaño Alegre et al., 2013;
Investimento municipal	Positivo	Cárcaba-García e García-García (2010),
Dívida municipal	Positivo	Gavazza & Lizzeri, 2009; Albalate, 2013; Cárcaba-García e García-García (2008)
	Negativo	Cuadrado-Ballesteros (2014)
IDHM	Positivo	Cruz, Silva & Santos, 2009; Cruz, Ferreira, Silva & Macedo, 2010; Leite Filho, Andrade & Colares, 2015; Brocco, Grandó, Martins, Brunozi Júnior & Corrêa, 2018).
IFDM	Positivo	Brocco et al. (2018)
População	Positivo	Styles & Tennyson, 2007; Guillamón, Bastida & Benito, 2011); Caamaño-Alegre et al. (2013)

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Considerando que a transparência é um efetivo instrumento de combate à corrupção, colabora para a elevação do nível de desenvolvimento, uma vez que, o uso inadequado e o desvio de verbas e recursos públicos implicam causam a redução da atividade econômica e da qualidade de vida da população (Brasil, 2002). Nesse sentido, um maior grau de transparência poderia promover o desenvolvimento socioeconômico.

Metodología

Este estudo visou identificar os fatores que possuem relação com o índice de transparência pública municipal. A descrição de cada um desses fatores investigados pode ser visualizada no Quadro 2.

Quadro 2 – Descrição das variáveis

Variável	Descrição	Fonte
Transparência	Nota da transparência.	Ministério Público Federal (MPF)
Participação eleitoral	Percentual de eleitores do município que participaram da última eleição.	Tribunal Superior Eleitoral (TSE)
Reeleição	Condição de reeleição do atual prefeito municipal.	TSE
Competitividade política	Diferença entre o percentual de votos do primeiro e segundo colocados da última eleição.	TSE
Gênero	Gênero do líder do executivo municipal.	TSE
População	Número estimado de habitantes do município.	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
Desemprego	Percentual da população economicamente ativa sem vínculo empregatício formal.	IBGE
Investimento	Capital investido <i>per capita</i> no município.	Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público (SICONFI)/ Secretaria do Tesouro Nacional (STN)



Dívida	Valor da dívida pública <i>per capita</i> do município.	SICONFI/STN
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.	Firjan
IFDM	Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal.	Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN).

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Os dados coletados são referentes a 2016, ano das últimas eleições municipais, a fim de permitir a coleta de dados adequados referentes às variáveis políticas. A amostra investigada foi composta por todos os municípios da RF7, selecionada de maneira intencional e não probabilística. A RF7 é composta por quatro Coredes: Celeiro, Fronteira Noroeste, Missões e Noroeste Colonial. Juntos, esses Coredes integram 77 municípios.

A pesquisa adotou o enfoque quantitativo, baseando-se na medição numérica e na análise estatística para estabelecer padrões e comprovar teorias (Sampieri, Collado & Baptista, 2013). O teste de hipóteses com vistas à verificação da existência de relações entre diferentes variáveis dá também, a este estudo, caráter correlacional. Os dados, após coletados, foram submetidos a análises estatísticas. Tais análises incluíram estatística descritiva, testes de diferença de médias e testes de correlação.

Resultados e discussões

Os municípios investigados são, predominantemente, de pequeno porte, isto é, possuem população inferior a 20.000 habitantes (90,91%). Somente três municípios (3,9%) apresentam população superior a 50.000 habitantes, se enquadrando como de médio porte (Santa Rosa, Santo Ângelo e Ijuí) e nenhum município da região pode ser classificado como de grande porte.

A média de notas de transparência, com base no índice de transparência do MPF, observada na região (7,63) pode ser considerada boa, uma vez que é superior a média estadual (7,38) e a média nacional (5,21). A nota mais baixa foi referente ao município de Condor (1,70). Já a nota mais elevada (10,0), a nota máxima atribuída pelo índice de transparência do MPF, foi verificada em seis municípios (Guarani das Missões, Santa Rosa, São Luiz Gonzaga, São Nicolau, Três Passos e Vista Gaúcha).



Com relação a análise descritiva dos aspectos socioeconômicos e políticos investigados, apresenta-se a Tabela 1.

Tabela 1 – Estatísticas descritivas dos fatores socioeconômicos e políticos investigados

	Desemprego (%)	Investimento (R\$)	Dívida (R\$)	IDHM	IFDM	Participação eleitoral	Competitividade política
Média	83,00	30.511.424,5 5	1.356.16 9,15	0,715	0,716	84,41	9,95
Mínimo	62,50	9.955.113,97	0,00	0,631	0,567	36,20	0,00
Máximo	94,10	285.081.596, 36	19.964.6 80,40	0,783	0,867	96,65	41,12

Fonte: Elaborada pelos autores (2019).

Dentre os fatores socioeconômicos avaliados, o que mais merece atenção é a taxa de desemprego, que se apresentou bastante elevada, com média de 83%. Esse alto índice de pessoas desempregadas não pode ser analisado ignorando-se as características da amostra. Devido ao caráter fortemente agrícola da quase totalidade dos municípios investigados, a taxa de desemprego calculada pelo IBGE, ao levar em consideração somente o número de empregos formais, não é capaz de refletir a realidade regional.

Quanto aos fatores políticos, a participação eleitoral – dada pelo percentual representativo de votos válidos da última eleição municipal em relação ao número total de eleitores do município – apresentou uma média de 84,41%. O município com menor participação nas eleições foi Condor (36,2%) devido às últimas eleições terem caracterizado um consenso, não havendo mais de um candidato ao cargo de prefeito.

Além de Condor, outros nove entes municipais também tiveram eleições por consenso (Alecrim, Crissiumal, Doutor Maurício Cardoso, Garruchos, Mato Queimado, Pejuçara, Porto Mauá, Sede Nova e Vista Gaúcha). Em todos os municípios onde essa situação ocorreu a competitividade política – diferença entre os percentuais de votos do primeiro e do segundo colocado – foi nula.

Para verificar a existência de relação entre a transparência e os demais fatores investigados, foram realizados testes de correlação. Previamente verificou-se a normalidade dos dados com a aplicação do teste de Kolmogorov-Smirnov. O teste indicou uma distribuição normal para os fatores transparência, IDHM, IFDM e competitividade



política ($p > 0,05$). Já os fatores população, desemprego, investimento, dívida e participação eleitoral demonstraram, pelo teste, não possuir uma distribuição normal ($p < 0,05$). Para as variáveis cuja distribuição não é normal aplicou-se o teste de Spearman (Tabela 2), já para aquelas com distribuição normal realizou-se o teste de correlação de Pearson (Tabela 3), seguindo as indicações de Field (2009).

Tabela 2 – Teste de correlação de Spearman para distribuições não normais

		Transpa- rência MPF	População	Desem- prego	Investi- mento	Dívida	Participação eleitoral
Rô de Spear- man	Correlações de coeficiente	1,000	,292	-,246	,290	,193	-,320
	Sig. (2 extremida- des)	.	,010	,031	,011	,092	,005
	N	77	77	77	77	77	77

Fonte: Elaborado pelas autoras (2019).

A partir do exposto na Tabela 4, pode-se perceber um relacionamento positivo do índice de transparência com a população do município e com o investimento. Essa relação se mostrou média, segundo Field (2009), que classifica valores de $\pm 0,1$ como um efeito pequeno, valores de $\pm 0,3$ como representantes de um efeito médio e valores de $\pm 0,5$ como um efeito grande. Já a associação entre transparência e dívida não apresentou significância ($\text{sig} > 0,05$).

Os altos níveis de transparência em municípios mais populosos se justificam pela maior disponibilidade de recursos, materiais e humanos, que tendem a existir nestes municípios (Guillamón, Bastida & Benito, 2011; Caamaño-Alegre et al., 2013). Já a relação positiva entre o índice transparência e o investimento municipal, corroborada por Cárcaba-García e García-García (2010), se deve ao interesse dos gestores públicos em realizar uma divulgação mais intensa sobre ações que exijam maiores investimentos. Isso ocorre porque essas ações geram atitudes mais positivas na população e podem, portanto, elevar a popularidade de seus governos e facilitar sua reeleição.

Também, dois fatores avaliados apresentaram relação negativa com a transparência. Um deles é a participação eleitoral, o que significa que, quanto maior for a participação dos eleitores nas eleições municipais, menos transparente o município será. Esse resultado se opõe a outros estudos que avaliaram a relação (Hollyer, Rosendorff &



VI CONGRESO REGIONAL DE
**CONTABILIDAD
MARKETING
Y EMPRESA**

7, 8 Y 9 NOV. 2019
www.unae.edu.py/empresarial

**SIMPOSIO IBEROAMERICANO EN
COMERCIO INTERNACIONAL
DESARROLLO E
INTEGRACIÓN REGIONAL
DE LA RED CIDIR**



UNIVERSIDAD
AUTÓNOMA DE
ENCARNACIÓN



Vreeland, 2011; Esteller-Moré & Polo-Otero, 2012; Caamaño-Alegre et al., 2013), pois o que normalmente se espera é o estímulo dos gestores para promoverem uma gestão mais transparente quando a população possui maior interesse e preocupação em avaliá-lo. Entende-se que a participação eleitoral, abordada pelo presente estudo, não está ligada ao aumento da transparência justamente por esta se referir a uma participação que acontece somente nas urnas, constituindo um ato obrigatório e que não revela, necessariamente, a existência de interesse dos cidadãos em participar da vida pública.

Supõe-se que a participação dos eleitores em ações de participação efetiva, a exemplo de sua presença em reuniões da Câmara de Vereadores e em outros eventos em que se discutem ou se expõem planos e ações de governo, contribuiria para um maior nível de transparência, uma vez que tal participação significa uma maior exigência e maior cobrança por informações da administração pública. Essas formas de participação, que possibilitariam aumentar a influência da sociedade civil sobre a tomada de decisões no setor público, porém, encontram obstáculos na tradição político-administrativa brasileira, fortemente caracterizada pela centralização do poder decisório e pelo excesso de formalismo e burocracia. A incorporação mais efetiva de práticas participativas somente seria possível através de profundas mudanças na cultura organizacional da administração pública do país (Bandeira, 1999).

A mesma situação ocorre na relação entre a transparência e desemprego e é confirmada pelos estudos de Piotrowski e Van Ryzin (2007), Caamaño-Alegre et al. (2013) e Albalade (2013). Quanto maior é a taxa de desemprego, menor será o grau de transparência do município. Desta forma, o contrário também é verdadeiro – quanto mais pessoas estiverem empregadas, mais transparente será o município. Isso pode ser explicado pela motivação dos administradores municipais de tornarem públicos os feitos de sua gestão. Quando um prefeito consegue elevar o número de empregos tende a divulgar estas informações, aumentando assim, o índice de transparência. Já quando o município possui altas taxas de desemprego, os gestores preferem ocultar essas informações.



Outra possível explicação para a associação negativa entre desemprego e transparência está no fato de que o desemprego caracteriza períodos de crise econômica. Em situações de crise podem haver cortes nos gastos públicos, incluindo os gastos com transparência (Piotrowski & Van Ryzin, 2007).

As análises de correlação realizadas através do teste de correlação de Pearson são apresentadas na Tabela 5. Tal análise verificou a relação entre o índice de transparência, o IDHM, o IFDM e a competitividade política.

Tabela 3 – Teste de correlação de Pearson para distribuições normais

	Transparência MPF	IDHM	IFDM	Competitividade política	
Transparência	Correlação de Pearson	1	,033	,143	,027
MPF	Sig. (2 extremidades)		,774	,214	,814
	N	77	77	77	77

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

No Tabela 3 pode-se perceber a inexistência de relação significativa entre os fatores analisados e o índice de transparência. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) que, assim como o IFDM, é também uma métrica do nível de desenvolvimento, não apresentou relação com o índice de transparência. Também não foi verificada relação da transparência com o fator competitividade política.

Considerações finais

O estudo realizado teve como objetivo identificar os fatores que influenciam o nível de transparência dos municípios da região funcional de planejamento RF7. Os fatores avaliados foram socioeconômicos (desemprego, investimento, dívida, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM)), políticos (participação eleitoral, competitividade política, reeleição, gênero do prefeito) e um fator demográfico (população).

Observou-se que há uma relação positiva do índice de transparência com dois fatores analisados: um fator socioeconômico – investimento anual – e um fator



VI CONGRESO REGIONAL DE
**CONTABILIDAD
MARKETING
Y EMPRESA**

7, 8 Y 9 NOV. 2019
www.unae.edu.py/empresarial

**SIMPOSIO IBEROAMERICANO EN
COMERCIO INTERNACIONAL
DESARROLLO E
INTEGRACIÓN REGIONAL
DE LA RED CIDIR**



UNIVERSIDAD
AUTÓNOMA DE
ENCARNACIÓN



demográfico – a população. Estes achados corroboram com alguns estudos realizados e reforçam a importância destes para a transparência municipal. O estudo de Cárcaba-García e García-García (2010) enfatiza que há uma atitude mais positiva dos cidadãos a projetos públicos que exijam esforços importantes de investimento. E a população, por sua vez, exerce um efeito positivo e estatisticamente significativo no índice de transparência (Styles & Tennyson, 2007; Guillamón, Bastida & Benito, 2011).

Mediante ao estudo, apresentaram relação negativa com o índice de transparência os fatores de participação eleitoral e o desemprego. Acredita-se que a inserção de políticas públicas de incentivo à participação mais ativa dos eleitores, tanto nas decisões como nos planos de governo, poderiam promover maior interesse e envolvimento dos cidadãos. Esse envolvimento exigiria a promoção de maior transparência por parte dos governos e, em contrapartida, essa transparência proveria aos cidadãos as informações que lhes são necessárias para sua participação efetiva na política, configurando um processo de retroalimentação.

Não foi verificada relação da transparência com três fatores analisados: o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) e o fator competitividade política. Espera-se que com este estudo seja possível detectar as áreas que necessitam de maior atenção pelos gestores públicos, podendo estas ser foco de possíveis melhorias, para atender tanto à legislação vigente, quanto às necessidades da sociedade.

Com relação às limitações da pesquisa, a dimensão populacional dos municípios do estudo, em sua maioria, era de pequeno porte, com população inferior a 20.000 habitantes, impossibilitando a realização de alguns testes estatísticos. Além disso, os dados coletados não são todos referentes ao mesmo período. Devido a ausência de dados pertencentes ao ano de 2016 – ano a que correspondem os demais elementos coletados – os dados do fator desemprego foram coletados tendo como referência o ano de 2015.

Para tanto, e visando a melhor compreensão da transparência municipal, é relevante que sejam realizados novos estudos que levem em consideração outros fatores que possam apresentar influência sobre o índice de transparência, inclusive para a



comparação dos resultados encontrados nesta pesquisa. Além disso, torna-se interessante considerar a ampliação do estudo para todas as regiões funcionais de planejamento do Rio Grande do Sul, a fim de fazer comparações entre as regiões e delinear perfis de desenvolvimento regional e transparência municipal no estado.

Referências

- Albalade S, D. (2013). The institutional, economic and social determinants of local government transparency. *Journal of Economic Policy Reform*, 16(1), 90-107.
- Alt, J. E. & Lowry, R. (2010). Transparency and accountability: Empirical results for US States. *Journal of Theoretical Politics*, 22, 379-406.
- Carlos, F. A., Lopes, J. E. G., Pederneiras, M. M. M., Macêdo, J. M. A., Amaro, R. G. & Ribeiro Filho, J. F. (2008). Uma discussão sobre a criação de indicadores de transparência na gestão pública federal como suporte ao ciclo da política pública. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, 13(2), 15-29.
- Araujo, J. F. F. E. & Tejedo-Romero, F. (2017). Does Gender Equality Affect Municipal Transparency: The Case of Spain. *Public Performance & Management Review*, 1(1), 1-31.
- Atlas Socioeconômico. (2018). *Conselhos Regionais de Desenvolvimento – COREDES*. Recuperado de: <http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/conselhos-regionais-de-desenvolvimento-coredes>
- Bandeira, P. (1999). Participação, Articulação de Atores Sociais e Desenvolvimento Regional. *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA): Texto para discussão*, 630, 1-89.
- Bezerra, R. O., Borges, L. J. & Valmorbidia, S. M. I. Análise das prestações de contas na internet da universidade do estado de Santa Catarina. *Revista GUAL*, 5(1), 66-82, 2012.



Brasil. (2002). Presidência da República do Brasil. *Mensagem ao Congresso Nacional*.

PR, Brasília.

Brocco, C., Grando, T., Martins, V. Q., Brunozi Júnior, A. C. & Corrêa, S. (2018).

Transparência da Gestão Pública Municipal: fatores explicativos do nível de
Transparência dos Municípios de médio e grande porte do Rio Grande Do Sul.

Revista Ambiente Contábil, 10(1), 139-159.

Caamaño-Alegre, J., Lago-Peñas, S., Reyes-Santias, F. & Santiago-Boubeta, A. (2013).

Budget transparency in local governments: an empirical analysis. *Local
Government Studies*, 9(2), 182-207.

Caba-Pérez, M.; Rodríguez-Bolívar, M.; López-Hernández, A. (2014). The

Determinants of Government Financial Reports Online. *Transylvanian Review of
Administrative Sciences*, 42, 5-31.

Cárcaba-García, A.; García-García, J. (2008). Determinantes de la divulgación de
información contable a través de Internet por parte de los gobiernos locales.

Revista Espanola de Financiacion y Contabilidad, 37, 63-84.

Cárcaba-García, A.; García-García, J. (2010). Determinants of Online Reporting of
Accounting Information by Spanish Local Government Authorities. *Local
Government Studies*, 36(5), 679-695.

Cruz, C. F., Silva, L. M. & Santos, R. (2009). Transparência da Gestão Fiscal: um
estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios do Estado do Rio
de Janeiro, *Revista Contabilidade, Gestão e Governança*, 12(3), 102-115.

Cruz, C. F., Ferreira, A. C. S., Silva, L. M. & Macedo, M. A. S. (2010). Um Estudo
Empírico sobre a Transparência da Gestão Pública dos Grandes Municípios
Brasileiros. *Anais do Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Administração*, Vitória, ES, Brasil, 34.



- Cuadrado-Ballesteros, B. (2014). The impact of functional decentralization and externalization on local government transparency, *Government Information Quarterly*, 31(2), 265-277.
- Esteller-Moré, A. & Polo-Otero, J. (2012). Fiscal Transparency: (Why) does your local government respond?, *Public Management Review*, 14(8), 1153-1173.
- Field, A. (2009). *Descobriendo a estatística usando o SPSS*. (2a. ed.) Porto Alegre: Artmed.
- Gavazza, A.; Lizzeri, A. (2009). Transparency and economic policy, *The Review of Economic Studies*, 76(3), 1023-1048.
- Guillamón, M.; Bastida, F.; Benito, B. (2011). The determinants of local government's financial transparency, *Local Government Studies*, 37(4), 391-406.
- Hamidullah, M. F., Riccucci, N. M. & Pandey, S. K. (2015). Women in city hall: Gender dimensions of managerial values. *American Review of Public Administration*, 45(3), 247-262.
- Hollyer, J., Rosendorff, B. & Vreeland, J. (2011). Democracy and transparency. *The Journal of Politics*, 73(4) 1191-1205.
- Leite Filho, G. A., Andrade, I. C. F. & Colares, A. F. V. (2015). Transparência da gestão fiscal pública: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios do estado de Minas Gerais. *Contabilidade Vista & Revista*, 26 (2), 114-136.
- Loureiro, M. R., Teixeira, M. A. C. & Prado, O. (2008). Construção de instituições democráticas no brasil contemporâneo: transparência das contas públicas. *Organização & Sociedade*, 15(47).
- Marques, E. B. & Ribeiro, M. A. (2012). A transparência e o controle social na gestão pública Municipal de tangará da serra. *Revista UNEMAT de Contabilidade*, Mato Grosso, 1(1), 1-20.



- Piotrowski, S. & Bertelli, A. Measuring Municipal Transparency. (2010). *Proceedings of International Research Society for Public Management*, Bern, Switzerland, 14.
- Piotrowski, S. & Van Ryzin, G. (2007). Citizen attitudes toward transparency in local government. *The American Review of Public Administration*, 37, 306-323.
- Platt Neto, O. A., Cruz, F., Ensslin, S. R. & Ensslin, L. (2007). Publicidade e Transparência das Contas Públicas: obrigatoriedade e abrangência desses princípios na administração pública brasileira. *Contabilidade Vista & Revista*, 18(1), 75-94.
- Polo-Otero, J. (2011). Análisis de los determinantes de la transparencia fiscal: evidencia empírica para los municipios catalenes. *Revista de Economía Del Caribe*, 8, 133-166.
- Rodríguez-García, M. (2015). Local women's coalitions: Critical actors and substantive representation in Spanish municipalities, *European Journal of Women's Studies*, 22(2), 223-240.
- Sacramento, A. R. S. & Pinho, J. A. G. (2007). Transparência na administração pública: o que mudou depois da lei de responsabilidade fiscal: um estudo exploratório em seis municípios da região metropolitana de Salvador. *Revista de Contabilidade da UFBA*, 1(1), 1-14.
- Sampieri, R. H., Collado, C. F. & Baptista, M. P. (2013). *Metodologia de pesquisa*. (5a. ed.) Porto Alegre: Penso.
- Souza, A. D. C., Santana, J. A. O., Cruz, M. P. S., & Silva, C. E. (2009). A relevância da transparência na gestão pública municipal. *Revista Campus*, v. 2(5), 6-20.
- SPGG/RS, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. (2018). *Planejamento estratégico dos COREDEs: Plano Estratégicos de Desenvolvimento Regional 2015-2030*, 2018. Recuperado de: <http://planejamento.rs.gov.br/planejamento-estrategico-dos>



VI CONGRESO REGIONAL DE
**CONTABILIDAD
MARKETING
Y EMPRESA**

7, 8 Y 9 NOV. 2019
www.unae.edu.py/empresarial

IX SIMPOSIO IBEROAMERICANO EN
COMERCIO INTERNACIONAL,
DESARROLLO E
INTEGRACIÓN REGIONAL
DE LA RED CIDIR



UNAE
UNIVERSIDAD
AUTÓNOMA DE
ENCARNACIÓN



Styles, A. & Tennyson, M. (2007). The accessibility of financial reporting of US municipalities on the Internet, *Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management*, 19(1), 56-92.